



CONCURSO PÚBLICO/2014



ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

01/06/2014

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Informática	11 a 20
Conhecimentos Regionais, História e Geografia do Estado do Tocantins	21 a 30
Noções em Direito Humanos	31 a 40
Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins	41 a 50
Noções em Direito Administrativo	51 a 54
Noções em Direito Constitucional	55 a 58
Noções em Direito Penal	59 a 68
Noções em Direito Processual Penal	69 a 76
Legislação Especial	77 a 80

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 80 questões da prova objetiva.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta é personalizado e não haverá sua substituição em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. O tempo de duração das provas é de quatro horas, já incluídos nesse tempo a marcação do cartão-resposta, a leitura dos avisos e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorrido **duas horas** de prova e poderá levar o caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
6. Por razões de ordem técnica, de segurança e de **direitos autorais adquiridos**, não serão fornecidos exemplares dos cadernos de questões a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso público, sendo proibida reprodução total ou parcial sem a autorização da Fundação Aroeira.
7. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.

Leia o Texto 1 para responder às questões de 1 a 5.

Texto 1

A amoreira gigante está à sua frente. O tronco destaca-se do sincretismo da mata e o homem percorre seu tronco com os olhos: a folhagem da árvore mistura-se à profusão de tons verdes que o encerra na mata. Só o tronco da árvore se destaca, se individualiza. Tal é o Mayombe: os gigantes só o são em parte, ao nível do tronco, o resto confunde-se na massa. Tal o homem. As impressões visuais são menos nítidas e a mancha verde predominante faz esbater progressivamente a claridade do tronco da amoreira gigante. As manchas verdes são cada vez mais sobrepostas, mas, num sobressalto, o tronco da amoreira ainda se afirma, debatendo-se. Tal é a vida.

PEPETELA. *Mayombe*. Luanda: Edições Maianga, 2004. p. 266.

— QUESTÃO 01 —

O texto apresenta uma organização lógica que possibilita seu entendimento. A relação linguística que auxilia na coerência e na coesão do texto consiste na

- (A) retomada dos termos integrantes da oração.
- (B) disjunção entre o todo e suas partes.
- (C) negação de afirmações absolutivas.
- (D) identidade entre as ideias centrais.

— QUESTÃO 02 —

A cadeia coesiva do texto é estabelecida por recursos linguísticos, expressos em etapas descritivas sucessivas, que contribuem para a progressão do texto. Os recursos linguísticos que concorrem para a construção dos sentidos do texto são:

- (A) metonímia e paragoge.
- (B) paráfrase e paródia.
- (C) metáfora e hiperônimo.
- (D) paranomásia e antítese.

— QUESTÃO 03 —

Uma relação secundária estabelecida no texto, de modo a estabelecer sua coesão, é a repetição dos seguintes elementos linguísticos:

- (A) “só” e “tal”
- (B) “se” e “mas”
- (C) “sua” e “na”
- (D) “do” e “num”

— QUESTÃO 04 —

No texto, é apresentado um confronto de forças na disputa por espaço na mata. O trecho do texto que demonstra o desfecho desse embate é:

- (A) “As impressões visuais são menos nítidas.”
- (B) “A amoreira gigante está à sua frente. O tronco destaca-se do sincretismo da mata e o homem percorre seu tronco com os olhos.”
- (C) “Só o tronco da árvore se destaca, se individualiza.”
- (D) “As manchas verdes são cada vez mais sobrepostas, mas, num sobressalto, o tronco da amoreira ainda se afirma, debatendo-se.”

— QUESTÃO 05 —

O tema central do texto se desenvolve em torno do fato de, no meio da mata, entre tantos iguais, somente um dos elementos ser apresentado como diferente, por se

- (A) isolar dos demais seres do ambiente.
- (B) individualizar no contraste com o verde.
- (C) preparar para as mudanças inevitáveis.
- (D) conformar com seu lugar na natureza.

— RASCUNHO —

Leia o Texto 2 para responder às questões 6 e 7.

Texto 2

O memorando é um gênero textual, com características e circulação específicas, com a função de estabelecer a comunicação interna entre unidades administrativas de empresas e órgãos públicos. Veja o exemplo a seguir.

MEMORANDO



PARA: Maneco de Almeida
DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DE: Joaquim Manoel de Macedo
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DATA: 30/11/1996

ASSUNTO: Alteração de férias de servidor

Por estrita necessidade de serviço, solicito de Vossa Senhoria a fineza de viabilizar a alteração das férias do servidor **Olavo Bilac**, matrícula nº 353535, referentes ao exercício de 1996, preliminarmente previstas para serem fruídas em 20 dias, a partir de 03/01/1997, para 30 dias, devendo o primeiro período, de 20 dias, ser iniciado em 03/01/1997, ficando o segundo, de 10 dias, para ser marcado oportunamente.

Atenciosamente,

Joaquim Manoel de Macedo

DIRETOR

Fonte: Elaboração própria da banca.

QUESTÃO 06

O Texto 1 é um exemplo fictício de um memorando impresso. Considerando todos os detalhes e especificidades de sua elaboração e apresentação, no que se refere à linguagem, o memorando se caracteriza por empregar

- (A) estilo formal, norma padrão e tratamento pessoal cerimonioso.
- (B) elementos formais, categorias lógicas e relações abstratas.
- (C) palavras técnicas, de difícil entendimento, e destino genérico.
- (D) nomes próprios, adjetivos qualificativos e expressões idiomáticas.

QUESTÃO 07

O memorando apresenta uma estrutura textual e linguística

- (A) topicalizada, elegante e neutra.
- (B) organizada, categórica e homogênea.
- (C) encadeada, inferencial e conclusiva.
- (D) esquemática, concisa e objetiva.

QUESTÃO 08

Releia o Texto 2 e leia o Texto 3 para responder à questão.

Texto 3

MEMORANDO INTERNO

De: Diretor Presidente
Para: Gerente de Produtos
Assunto: Encontro Nacional
Data: 20/04

Encontro Nacional

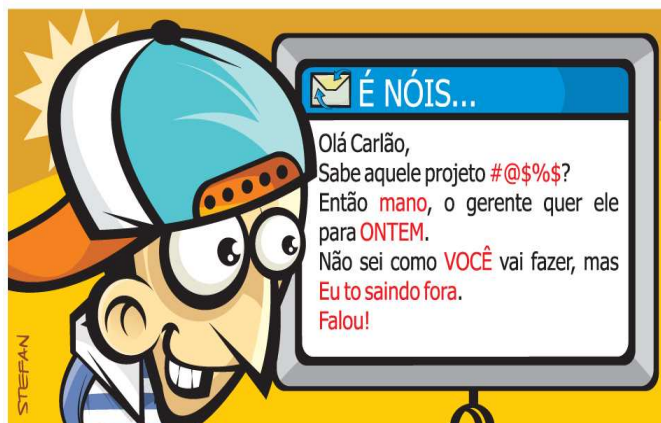
Realizaremos no próximo dia 15 de Junho o encontro nacional, onde faremos a divulgação do nosso novo produto, além, é claro, de efetuarmos as premiações e promover a confraternização. Nessa ocasião não faremos nenhuma atividade como workshop, dedicaremos o período todo para o lazer dos funcionários.

Disponível em: <<http://george-ricardo.blogspot.com.br/2011/12/aula-2-criando-um-memorando-word-2003.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Os memorandos dos textos 2 e 3 apresentam finalidades diferentes, mas conservam a mesma função. A finalidade e a função do memorando no Texto 3 são, respectivamente,

- (A) qualificação pessoal e negócios.
- (B) informação e persuasão.
- (C) tramitação burocrática e comércio.
- (D) colaboração e interação.

Leia o Texto 4 para responder às questões 9 e 10.



Disponível em: <economia.uol.com.br/imagem 7/11: gírias>. Acesso em: 10 mar. 2014.

— QUESTÃO 09 —

O efeito de humor no Texto 4 é produzido pela

- (A) desestruturação da morfossintaxe do português.
- (B) forma de tratamento inadequada entre os colegas.
- (C) tramitação de informação burocrática via internet.
- (D) subversão das características do gênero textual.

— QUESTÃO 10 —

A expressão “pra ontem”, no Texto 4, em referência a uma ação que ainda não aconteceu, remete ao uso social da expressão para indicar

- (A) necessidade de atenção à qualidade do serviço.
- (B) dispensa de atividade ainda por fazer.
- (C) correção de recado equivocado da chefia.
- (D) urgência na realização de uma tarefa.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 11 —

Uma função muito utilizada em editores de texto é o alinhamento do texto de um parágrafo em relação às margens da página. Qual comando do editor de textos Microsoft Word 2013 pode ser usado para alinhar o texto de um parágrafo à esquerda da página?

- (A) CTRL-E
- (B) CTRL-G
- (C) CTRL-J
- (D) CTRL-Q

— QUESTÃO 12 —

Os navegadores (*browsers*) da internet usam botões com ícones para disponibilizar operações que são frequentemente utilizadas pelos usuários. Um desses botões típicos dos navegadores está associado a um ícone em forma de "X". O que acontece quando esse botão é selecionado?

- (A) O conteúdo da janela corrente do navegador é recarregado.
- (B) A conexão com o servidor de e-mail é interrompida.
- (C) O carregamento do conteúdo da página corrente é interrompido.
- (D) O navegador entra em modo de navegação segura.

— QUESTÃO 13 —

Os computadores atuais usam dispositivos de armazenamento de dados baseados em diversas tecnologias. Os leitores de CDs e de DVDs são exemplos de dispositivos de armazenamento que usam tecnologia

- (A) ótica.
- (B) magnética.
- (C) mecânica.
- (D) térmica.

— QUESTÃO 14 —

Na transmissão de dados em transações comerciais feitas pela internet é comum o uso de técnicas de criptografia. A utilização dessas técnicas visa garantir quais princípios básicos de segurança da informação?

- (A) Confidencialidade e atomicidade.
- (B) Confidencialidade e integridade.
- (C) Disponibilidade e atomicidade.
- (D) Disponibilidade e integridade.

— QUESTÃO 15 —

Um tipo de ameaça à segurança da informação nas organizações é a invasão de seus sistemas por programas conhecidos como "vírus de computador". Para diminuir a possibilidade desse tipo de ameaça aos sistemas de uma organização, uma medida de segurança indicada é:

- (A) exigir o uso de senhas individuais para acesso aos sistemas.
- (B) instalar um sistema de *firewall* que bloqueie acessos indevidos aos sistemas.
- (C) realizar auditorias que permitam saber o que foi modificado nos sistemas.
- (D) restringir o uso dos sistemas à rede *intranet*.

— QUESTÃO 16 —

A barra de tarefas do Sistema Operacional Windows 8.1 normalmente fica posicionada na parte inferior da área de trabalho. Para desbloquear a barra de tarefas de forma que se possa movê-la para as laterais ou para a parte superior da área de trabalho, pode-se clicar com o botão direito do mouse em um espaço vazio na barra de tarefas e

- (A) desmarcar a opção "Bloquear a barra de tarefas".
- (B) ativar o menu "Desbloquear a barra de tarefas".
- (C) marcar a opção "Desbloquear a barra de tarefas".
- (D) ativar o menu "Bloquear a barra de tarefas".

— QUESTÃO 17 —

No Sistema Operacional Windows 8.1, há cinco botões que estão sempre disponíveis no lado direito da tela e que disponibilizam maneiras rápidas de acessar ações realizadas com frequência pelos usuários do sistema. Quais são esses botões?

- (A) Transferir, Conectar, Criar, Diagnóstico e Consultas.
- (B) Pesquisar, Compartilhar, Iniciar, Dispositivos e Configurações.
- (C) Configurar, Instalar, Remover, Início e Administração.
- (D) Consultar, Imprimir, Editar, Aplicativos e Atualizações.

— QUESTÃO 18 —

No editor de texto Word 2013, é possível adicionar comentários em um documento sem alterar o conteúdo real desse documento. Para inserir um comentário em um documento em edição pode-se usar o comando:

- (A) ALT+CTRL+T
- (B) ALT+CTRL+N
- (C) ALT+CTRL+C
- (D) ALT+CTRL+A

— QUESTÃO 19 —

Cookies são arquivos instalados no computador do usuário para armazenar informações e melhorar a sua experiência de navegação. Alguns cookies, porém, podem ser usados para violar a privacidade e rastrear os sites que o usuário visita. No navegador Internet Explorer 11, qual das seguintes sequências de ação pode ser usada para fazer o bloqueio de cookies?

- (A) Clicar no botão Ferramentas, depois em Segurança, ativar guia Bloquear Rastreamento e, em Nível de Bloqueio, mover o controle deslizante até em cima para bloquear todos os cookies e, em seguida, clicar em OK.
- (B) Clicar no botão Configurações, depois em Navegação na Internet, ativar guia Cookies e, em Modo de Bloqueio, mover o controle deslizante até em cima para bloquear todos os cookies e, em seguida, clicar em OK.
- (C) Clicar no botão Ferramentas, depois em Opções da Internet, ativar guia Privacidade e, em Configurações, mover o controle deslizante até em cima para bloquear todos os cookies e, em seguida, clicar em OK.
- (D) Clicar no botão Configurações, depois em Ferramentas de Administração, ativar guia Cookies e, em Nível de Segurança, mover o controle deslizante até em cima para bloquear todos os cookies e, em seguida, clicar em OK.

— QUESTÃO 20 —

Universal Serial Bus (USB) é um padrão que define cabos, conectores e protocolos de comunicação usados para conectar computadores e dispositivos eletrônicos periféricos. A versão mais recente desse padrão é a 3.0, que define uma taxa máxima de transferência de dados de

- (A) 5 gigabits por segundo.
- (B) 5 megabits por segundo.
- (C) 50 gigabits por segundo.
- (D) 50 megabits por segundo.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 21 —

Bem aqui nesta casa tinha um neto meu casado, tinha até uma meninazinha, a mulher dizia que estudava de noite. Quando foi um dia, ela encostou aqui na porta numa camionete e levou as coisas dela e não disse nem até logo a ninguém. Um outro neto, também se casou, não demorou muita coisa, logo se apartaram. Isto foi das coisas de liberdade demais.

TRECHO DE ENTREVISTA. Apud ARBUÉS, M. P. A migração e a construção de uma nova identidade regional: Gurupi (1958-1988). In: GIRALDIN, O. (Org.) *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002. p. 410.

O texto acima é um relato de um pioneiro do Estado do Tocantins, feito em 1992. Analisando o texto e relacionando-o ao contexto a que se refere, nota-se que ele revela a perplexidade do pioneiro diante da

- (A) dissolução da família patriarcal comandada pelo ancião, decorrente da adoção do modelo familiar europeu introduzido pelos migrantes estrangeiros.
- (B) facilidade de ascensão social, decorrente da ampliação das possibilidades de enriquecimento oferecidas pela industrialização do Estado.
- (C) mudança de valores e comportamentos, decorrente da intensificação do processo migratório e de modernização da região.
- (D) emancipação feminina, decorrente da abertura de novas frentes de trabalho para as mulheres na nova capital.

— QUESTÃO 22 —

A Comissão de Estudos do Norte Goiano, a Conorte, fundada na Capital Federal em 1981, tinha como um de seus objetivos:

- (A) integrar migrantes e nativos na luta pela demarcação das fronteiras do Estado.
- (B) mobilizar os políticos do norte para a defesa da integridade do território goiano.
- (C) conscientizar a população norte goiana sobre seu potencial político-econômico.
- (D) engajar os produtores do norte na luta nacional pela valorização da pecuária.

— QUESTÃO 23 —

E o sonho tornou-se realidade! Uma frase forte bem elaborada, expressou o desfecho vitorioso da bandeira pró-criação do estado do Tocantins. “Esta terra é nossa!”

CAVALCANTE, M. E. S. R. *Tocantins. O movimento separatista do norte de Goiás – 1821-1988*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da UCG, 1999, p. 147. (Adaptado).

A frase destacada no fragmento, “Esta terra é nossa!”, expressa, como característica marcante da luta pela criação do Tocantins, a participação

- (A) das elites agrárias do norte goiano, que buscavam fazer frente ao domínio econômico dos migrantes estrangeiros.
- (B) das populações do norte goiano, que visavam alcançar o reconhecimento de suas necessidades e potencialidades.
- (C) dos nativos do norte goiano, que objetivavam garantir a posse das terras ocupadas para os seus descendentes.
- (D) dos políticos do norte goiano, que desejavam associar a sua luta ao movimento de abertura política nacional.

— QUESTÃO 24 —

Então eles chegaram aqui, são mais inteligentes. Eles entraram na agricultura, com máquinas, e o nortista só é plantar braçal e criar gado. E isto desapareceu. Quer nós não termos acompanhado o desenvolvimento deles. O nortista está baixando.

TRECHO DE ENTREVISTA. Apud ARBUÉS, M. P. A migração e a construção de uma nova identidade regional: Gurupi (1958-1988). In: GIRALDIN, O. (Org.) *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002. p. 408.

O texto acima é um relato de um pioneiro do Estado do Tocantins, feito em 1992. Analisando o texto e o contexto em que foi produzido, verifica-se que, aos olhos do nortista, a característica marcante do migrante sulista era o

- (A) progressismo, ao introduzir a modernidade na produção agrícola.
- (B) autoritarismo, ao impor novos padrões de trabalho no campo.
- (C) produtivismo, ao orientar o convívio no campo pelas regras do mercado.
- (D) separatismo, ao distinguir os grupos sociais pelo modo de produção utilizado.

— QUESTÃO 29 —

A Hidrovia Tocantins-Araguaia tem como um dos seus objetivos:

- (A) restaurar ambientalmente a dinâmica hidrológica da bacia Tocantins-Araguaia, com obras de contenção de erosões e recuperação das matas de galeria.
- (B) ampliar a produção agropecuária no entorno de 10 km ao longo de toda a hidrovia, com base em técnicas sustentáveis.
- (C) consolidar um eixo de transporte hidro-rodo-ferroviário que ligue as regiões de Mato Grosso aos portos do Maranhão e Pará, através do Tocantins.
- (D) favorecer mudanças no modo de vida e perda do bem-estar das populações indígenas e ribeirinhas.

— QUESTÃO 30 —

Os Corredores Ecológicos constituem-se em importante instrumento de planejamento no sentido de potencializar a cooperação entre as diversas esferas de governo e segmentos da sociedade civil com objetivo de buscar a conciliação entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico.

CADERNO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA.
Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília:
MMA, 2006. p. 48.

Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia estão presentes os seguintes corredores ecológicos:

- (A) Araguaia-Bananal, Jalapão-Mangabeiras e Paranã-Pirineus.
- (B) Ecotónos Sul Amazônicos e Nascentes do Rio Parnaíba.
- (C) Capivara-Confusões e Serra Geral.
- (D) Iténez-Guaporé, Complexo Centro Norte-Serrano e Emas.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 31 —

A edição da Emenda Constitucional n. 45, de 2004, inaugurou um novo panorama nos acordos internacionais relativos a direitos humanos na República Federativa do Brasil. Quanto às formalidades exigidas para a incorporação de normas internacionais em geral e tratados de direitos humanos, essa Emenda determina que

- (A) os tratados internacionais deverão ser propostos por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal para serem admitidos e enviados à votação do Plenário do Congresso Nacional.
- (B) os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, em um só turno de discussão e votação, serão equivalentes às emendas constitucionais, após a sanção do Presidente da República.
- (C) os tratados internacionais deverão ser propostos por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, devendo serem discutidos e votados em cada Casa, em dois turnos, e serão aprovados se obtiverem, em ambas, três quintos dos votos dos seus respectivos membros.
- (D) os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 32 —**

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) é o órgão colegiado mais antigo de defesa dos Direitos Humanos da República, instituído pela Lei n. 4.319, de 16 de março de 1964, alterada pela Lei n. 5.763, de 15 de dezembro de 1971, e pela Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003. Desde sua origem, o CDDPH se apresenta como uma instância que responde, essencialmente, às violações de direitos humanos. Nesse contexto,

- (A) a Presidência do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana será eleita pela maioria absoluta dos Membros do Conselho, em primeira chamada, e, não havendo quórum, pela maioria simples na segunda chamada.
- (B) as sessões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, salvo decisão contrária tomada pela maioria absoluta de seus membros, serão públicas, divulgando-se pelo órgão oficial da União e dos Estados a íntegra do julgamento de cada processo.
- (C) o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana é competente para recomendar ao governo federal e aos Estados e Territórios a eliminação, do quadro dos seus serviços civis e militares, de todos os seus agentes reincidentes na prática de atos violadores dos direitos da pessoa humana.
- (D) o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana tem competência para recomendar o aperfeiçoamento dos serviços de polícia técnica da União, dos Estados, Territórios e Municípios, de modo a possibilitar a comprovação da autoria dos delitos por meio de provas indiciárias.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 33 —

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, assevera que toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. Com base nesse princípio, nos termos da Declaração Universal,

- (A) toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdade de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática, sendo que esses direitos e liberdades são proibidos, em hipótese alguma, de ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.
- (B) é livre a interferências na vida privada, na família, no lar ou na correspondência, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal, política ou para instrução processual penal.
- (C) tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, em caso de vítima de perseguição, sendo que este direito pode ser invocado, inclusive, em caso de perseguição motivada por crimes de direito comum, desde que de acordo aos propósitos e princípios das Nações Unidas.
- (D) tem igual direito de acesso ao serviço público, independente de ser seu país, como, por exemplo, o direito à educação, que será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais, sendo que a educação elementar será obrigatória, e a educação superior será acessível a todos, bem como a educação técnico-profissional, esta baseada no mérito.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 34 —**

O Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o ideal do ser humano livre, liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado a menos que se criem condições que permitam a cada um gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais, assim como de seus direitos civis e políticos. Nesse sentido,

- (A) direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer país em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes serão livres de qualquer restrição ou suspensão, salvo se o Pacto os não os reconhecer ou os reconhecer em menor grau.
- (B) os Estados-parte do pacto comprometem-se a garantir o direito de greve, exercido de conformidade com as leis de cada país.
- (C) o Pacto entrará em vigor três meses após a data do depósito, pelo Estado em questão, de seu instrumento de ratificação ou adesão, quando os Estados vierem a ratificar o Pacto ou a ele aderir após o depósito do trigésimo instrumento de ratificação ou adesão.
- (D) o Pacto, nos estados federais, aplica-se, sem limitação, a todas unidades constitutivas da federação que tenham manifestado expressamente sua adesão.

— QUESTÃO 35 —

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional criada pelos Estados do continente americano para conseguir uma ordem de paz e justiça, promover sua solidariedade e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. No sistema Interamericano de Direitos Humanos,

- (A) a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1948 e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1969 são importantes instrumentos regionais de proteção e promoção desses direitos.
- (B) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é integrada por dez membros independentes e realiza seu trabalho com base em três pilares: o Sistema de Petição Individual; o monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados-membros e a atenção a linhas temáticas prioritárias.
- (C) o princípio *pro homine*, a necessidade de acesso à justiça, e a incorporação da perspectiva de gênero em todas suas atividades são conceitos que formam o trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (D) a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é o primeiro instrumento internacional de direitos humanos de natureza geral.

— QUESTÃO 36 —

A respeito da incorporação das normas internacionais ao direito interno brasileiro, a Constituição de 1988 determina que

- (A) compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- (B) compete privativamente ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (C) é da competência exclusiva do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- (D) é de competência privativa do Congresso Nacional resolver definitivamente as pendências sobre tratados, acordos ou atos internacionais em matéria de direitos humanos.

— QUESTÃO 37 —

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos e tem como função principal promover a observância e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da organização em tal matéria. Acerca do juízo de admissibilidade de petições individuais, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

- (A) deixará de receber a petição que contenha denúncia sobre presumidas violações dos direitos humanos consagrados na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem com relação aos Estados-membros da organização que estejam fora da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- (B) verificará se foram interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos, com a finalidade de decidir quanto à admissibilidade do assunto.
- (C) considerará uma petição mesmo nos casos em que a respectiva matéria se encontre pendente de outro processo de solução perante organização internacional governamental de que seja parte o Estado aludido.
- (D) considerará as petições apresentadas dentro dos doze meses contados a partir da data em que a presumida vítima haja sido notificada da decisão que esgota os recursos internos.

— QUESTÃO 38 —

No decorrer de sua história, as decisões da Corte Interamericana são de suma importância para efetivação dos direitos humanos no Brasil. Nesse sentido, acerca da responsabilidade internacional dos Estados pela observância dos direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o caso

- (A) Jailton Neri foi um marco para a defesa dos direitos humanos no Brasil, visto que, pela primeira vez, o Estado brasileiro assumiu, perante o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, ser responsável por atos praticados por militares.
- (B) Corumbiara tem como objeto a realidade do sistema penitenciário brasileiro e se referia inicialmente aos assassinatos de trinta e sete detentos.
- (C) Urso Branco configura-se como um evento de abuso cometido por policiais, com o apoio de proprietários rurais contra trabalhadores sem terra.
- (D) José Pereira foi um marco para a defesa dos direitos humanos no Brasil, pois, pela primeira vez, o Estado brasileiro assumiu, perante o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, a responsabilidade por atos praticados por particulares.

— QUESTÃO 39 —

Quanto ao Comitê de Diretores Humanos instituído com base no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a norma determina que

- (A) é proibido de ter mais de um nacional de um mesmo Estado, e os seus membros serão eleitos para um mandato de quatro anos.
- (B) será composto de cinco membros permanentes, que possuem direito a veto, além de dez membros não permanentes, indicados com mandatos de dois anos.
- (C) poderá cada Estado-parte indicar duas pessoas, sendo que essas pessoas deverão ser nacionais do Estado que as indicou, e a mesma pessoa não poderá ser indicada mais de uma vez.
- (D) será integrado por nacionais dos Estados-parte do Pacto, os quais deverão ser representados por pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência, com um mandato de dois anos.

— QUESTÃO 40 —

É um princípio contido na Carta das Nações Unidas:

- (A) a paz e a segurança internacionais.
- (B) a igualdade de todos os seus membros.
- (C) as relações amistosas entre as nações.
- (D) a cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter social.

— QUESTÃO 41 —

Suspendem a contagem do prazo do estágio probatório as licenças por motivo de doença em pessoa da família, se superiores, numa mesma etapa avaliatória, a

- (A) trinta dias.
- (B) sessenta dias.
- (C) noventa dias.
- (D) cento e vinte dias.

— QUESTÃO 42 —

A investidura do policial civil estável em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica é classificada como

- (A) readaptação.
- (B) reversão.
- (C) reintegração.
- (D) recondução.

— QUESTÃO 43 —

A ajuda de custo é paga mediante comprovação da mudança de domicílio, das despesas realizadas com passagens, transporte de bagagens, bens pessoais do policial civil e de sua família, não podendo exceder, em relação à sua remuneração, a importância correspondente a

- (A) três meses.
- (B) dois meses.
- (C) um mês.
- (D) meio mês.

— QUESTÃO 44 —

Para efeito de salário-família, consideram-se dependentes econômicos o filho, o enteado e o tutelado, solteiros e menores de

- (A) dezoito anos ou inválidos.
- (B) dezesseis anos ou inválidos.
- (C) quatorze anos ou inválidos.
- (D) doze anos ou inválidos.

— QUESTÃO 45 —

À policial civil que adotar criança de zero a

- (A) doze meses de idade é concedida licença de noventa dias.
- (B) seis meses de idade é concedida licença de trinta dias.
- (C) cinco meses de idade é concedida licença de quarenta e cinco dias.
- (D) quatro meses de idade é concedida licença de sessenta dias.

— QUESTÃO 46 —

As penas disciplinares de demissão, destituição de cargo de provimento em comissão, e cassação de aposentadoria e disponibilidade são aplicadas pelo

- (A) Chefe do Poder Executivo.
- (B) Secretário de Estado da Administração.
- (C) Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (D) Corregedor-Geral da Polícia Civil.

— QUESTÃO 47 —

Constitui transgressão disciplinar de natureza média:

- (A) impedir de qualquer modo, na fase de inquérito policial ou durante interrogatório do indiciado, a presença do seu advogado.
- (B) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- (C) submeter pessoas sob a sua guarda ou custódia a constrangimento não autorizado em lei, ou vexame de qualquer natureza.
- (D) negligenciar na guarda de pessoa legalmente presa ou submetida à medida de segurança, possibilitando a ocorrência de fuga.

— QUESTÃO 48 —

Quanto às transgressões disciplinares de natureza grave ou gravíssima, a ação disciplinar prescreve em

- (A) seis anos.
- (B) cinco anos.
- (C) três anos.
- (D) dois anos.

— QUESTÃO 49 —

A demissão ou a destituição de cargo de provimento em comissão, fundada em processo administrativo disciplinar, incompatibiliza o ex-policia civil para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de

- (A) seis anos.
- (B) cinco anos.
- (C) três anos.
- (D) dois anos.

— QUESTÃO 50 —

Os processos administrativos disciplinares podem ser processados na comissão especialmente designada para esse fim, e as sindicâncias, até a fase instrutória, nas Delegacias Regionais de Polícia ou na

- (A) Corregedoria-Geral da Polícia Civil.
- (B) Secretaria de Estado da Segurança Pública.
- (C) Secretaria de Estado da Administração.
- (D) Delegacia de lotação do investigado.

— RASCUNHO —**— RASCUNHO —**

— QUESTÃO 51 —

A Administração Pública deve sempre buscar o resultado que melhor atenda ao interesse público com o menor dispêndio possível de tempo e recursos. Essa afirmação enuncia qual princípio da Administração Pública?

- (A) Legalidade
- (B) Moralidade
- (C) Eficiência
- (D) Publicidade

— QUESTÃO 52 —

Suponha-se que determinado Estado da Federação, no intuito de conferir maior autonomia à Secretaria de Execuções Penais, resolva transformá-la em uma autarquia com competência para gestão da política de execução penal. Nesse caso, configurar-se-á o fenômeno da

- (A) desconcentração.
- (B) descentralização.
- (C) dispersão.
- (D) fragmentação.

— QUESTÃO 53 —

O provimento do cargo se dá pela

- (A) aprovação em concurso.
- (B) entrada em exercício.
- (C) convocação pelo departamento de pessoal.
- (D) nomeação por autoridade competente.

— QUESTÃO 54 —

Determinado servidor público se apresentava rotineiramente atrasado para o serviço. Diante disso, seu superior instaurou processo administrativo para apurar a situação e, comprovada a impontualidade, após o exercício do contraditório e ampla defesa, aplicou-lhe uma sanção administrativa. A situação descrita constitui manifestação do poder

- (A) disciplinar.
- (B) discricionário.
- (C) revisor.
- (D) regulamentar.

— QUESTÃO 55 —

Segundo a Constituição de 1988, a casa é asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela poderá penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante

- (A) horário noturno, por determinação da autoridade policial.
- (B) os finais de semana, por determinação ministerial.
- (C) o dia, por determinação judicial.
- (D) os feriados, por determinação da governadoria.

— QUESTÃO 56 —

Nos termos da Constituição de 1988, são privativos de brasileiro nato os cargos de

- (A) delegado da Polícia Civil.
- (B) oficial das Forças Armadas.
- (C) Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- (D) Ministro de Estado da Casa Civil.

— QUESTÃO 57 —

Dispõe a Constituição Federal que as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos

- (A) Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- (B) Presidentes das Assembleias Legislativas.
- (C) Presidentes dos Tribunais de Justiça.
- (D) Secretários da Segurança Pública.

— QUESTÃO 58 —

Ao tratar da previdência social, a Constituição de 1988 determina que a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos referentes ao mês de

- (A) janeiro.
- (B) junho.
- (C) julho.
- (D) dezembro.

— QUESTÃO 59 —

Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada,

- (A) que se achem em alto-mar.
- (B) onde quer que estejam ancoradas.
- (C) que se achem no mar territorial brasileiro.
- (D) onde quer que estejam navegando.

— QUESTÃO 60 —

É causa extintiva da punibilidade do agente, a

- (A) obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.
- (B) emoção ou a paixão.
- (C) coação física irresistível.
- (D) retroatividade de lei que deixa de considerar o fato como criminoso.

— QUESTÃO 61 —

Se o fato é cometido sob coação moral irresistível, só é punível o autor da coação, pois, na hipótese, falta ao coagido

- (A) imputabilidade.
- (B) potencial consciência da ilicitude.
- (C) exigibilidade de conduta diversa.
- (D) punibilidade.

— QUESTÃO 62 —

Os menores de dezoito anos que já tenham se casado ou constituído negócio próprio são considerados penalmente

- (A) inimputáveis.
- (B) semi-imputáveis.
- (C) responsáveis.
- (D) capazes.

— QUESTÃO 63 —

No caso do concurso de pessoas, se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave, essa pena será aumentada até

- (A) um terço.
- (B) a metade.
- (C) dois terços.
- (D) o dobro.

— QUESTÃO 64 —

O Código Penal diz expressamente que, sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de um terço se o crime é praticado contra pessoa

- (A) menor de dez ou maior de cinquenta anos.
- (B) menor de doze ou maior de cinquenta e cinco anos.
- (C) menor de quatorze ou maior de sessenta anos.
- (D) menor de dezesseis ou maior de sessenta e cinco anos.

— QUESTÃO 65 —

Nos termos do Código Penal, no caso de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o magistrado pode, entre outras atitudes,

- (A) conceder anistia ao acusado.
- (B) perdoar judicialmente o acusado.
- (C) diminuir a pena de um sexto a um terço.
- (D) substituir a pena de reclusão pela de detenção.

— QUESTÃO 66 —

Haverá crime de roubo simples na hipótese de

- (A) subtração de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado.
- (B) ameaça contra a vítima, exercida com emprego de arma de brinquedo.
- (C) vítima em serviço de transporte de valores, conhecendo o agente tal circunstância.
- (D) vítima mantida em poder do agente, tendo restringida sua liberdade.

— QUESTÃO 67 —

O agente que dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, comete o crime de

- (A) denúncia caluniosa.
- (B) comunicação falsa de crime.
- (C) falso testemunho.
- (D) fraude processual.

— QUESTÃO 68 —

A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é classificada como sendo

- (A) de iniciativa privada personalíssima.
- (B) de iniciativa privada exclusiva.
- (C) pública condicionada à representação.
- (D) pública incondicionada.

— QUESTÃO 69 —

Segundo o Código de Processo Penal, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o

- (A) juiz criminal.
- (B) promotor de justiça.
- (C) procurador do estado.
- (D) chefe de polícia.

— QUESTÃO 70 —

Se o promotor de justiça, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz de direito, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao

- (A) Procurador-Geral de Justiça.
- (B) Colégio de Procuradores de Justiça.
- (C) Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) Corregedor-Geral do Ministério Público.

— QUESTÃO 71 —

Na hipótese de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela

- (A) distribuição.
- (B) conexão.
- (C) continência.
- (D) prevenção.

— QUESTÃO 72 —

Nos termos do Código de Processo Penal, os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados. Ressalvada a possibilidade de prorrogação, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos, o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de

- (A) 05 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 30 dias.

— QUESTÃO 73 —

Dispõe o Código de Processo Penal que, quando o conduzido se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado

- (A) por qualquer pessoa designada pela autoridade policial.
- (B) pelo escrivão de polícia, tendo em vista sua fé pública.
- (C) por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.
- (D) pelo condutor, que procedeu à apresentação do conduzido à autoridade policial.

— QUESTÃO 74 —

No que se refere à prisão preventiva, o juiz pode decretá-la

- (A) exclusivamente nos crimes punidos com pena máxima superior a quatro anos.
- (B) de ofício, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.
- (C) quando houver dúvida acerca da identidade civil da pessoa.
- (D) exclusivamente quando houver prova da existência do crime e de sua autoria.

— QUESTÃO 75 —

Poderá ser decretada prisão temporária, que terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, quando o indiciado estiver sendo investigado pela prática do seguinte crime:

- (A) sequestro ou cárcere privado.
- (B) furto qualificado.
- (C) fraude para receber indenização ou valor de seguro.
- (D) receptação qualificada.

— QUESTÃO 76 —

Habeas corpus impetrado visando o trancamento de inquérito policial, instaurado por delegado da Polícia Civil, por falta de justa causa, deve ser processado e julgado

- (A) pelo Tribunal de Justiça.
- (B) por juiz de direito.
- (C) por representante do Ministério Público.
- (D) pelo Secretário de Segurança Pública.

— QUESTÃO 77 —

Com referência a crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, a Lei n. 8.137/1990 especifica o seguinte:

- (A) os crimes são de ação penal pública, sendo competência da autoridade policial, quando e se necessário, providenciar a desapropriação de estoques, a fim de evitar crise no mercado ou colapso no abastecimento.
- (B) o coautor ou partícipe que, por meio de confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa, se os crimes forem cometidos em quadrilha ou coautoria, terá a sua pena reduzida de um a dois terços.
- (C) o abuso do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas, constitui crime contra as relações de consumo.
- (D) o ato praticado pelo fabricante ou concedente alcança o distribuidor ou revendedor quando a venda for efetuada por sistema de entrega ao consumidor ou por intermédio de outro em que o preço ao consumidor é estabelecido pelo fabricante ou concedente.

— QUESTÃO 78 —

A Constituição Federal determina que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei. Acerca dessa norma, e consoante a Lei n. 12.037/2009,

- (A) a identificação criminal, mesmo se apresentado documento de identificação, poderá ocorrer quando for essencial às investigações policiais, por despacho de ofício da autoridade policial competente.
- (B) a identificação criminal deverá contar com o processo datiloscópico, o registro fotográfico e a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial, ou de outra forma de investigação.
- (C) a revelação da identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal é vedada, mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) o requerimento da retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, desde que apresente provas de sua identificação civil, é facultado ao indiciado ou ao réu, após o arquivamento definitivo do inquérito, ou trânsito em julgado da sentença.

— QUESTÃO 79 —

No tocante aos crimes de tortura previstos na Lei n. 9.455/1997,

- (A) a causa de aumento de pena será aplicada quando o crime for cometido por agente público, se cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente, maior de sessenta anos ou se cometido mediante sequestro.
- (B) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o exercício de novo cargo, função ou emprego público, pelo mesmo prazo da pena.
- (C) o crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça, indulto ou anistia, sendo o cumprimento da pena integralmente em regime fechado.
- (D) o disposto nessa lei aplica-se aos crimes que tenham sido cometidos em território nacional, sendo irrelevante ser a vítima brasileira ou o agente encontrar-se em local sob jurisdição brasileira.

— QUESTÃO 80 —

No que diz respeito ao Direito de Representação e ao processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, a Lei n. 4.898/1965 estabelece o seguinte:

- (A) considera-se autoridade sujeita às sanções dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, desde que em caráter efetivo e com a respectiva remuneração.
- (B) poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a dez anos, quando o abuso for cometido por autoridade policial.
- (C) constitui abuso de autoridade quando o carcereiro ou a autoridade policial cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie, quer quanto ao seu valor.
- (D) deve ser sobrestado o processo administrativo de apuração do ato considerado abusivo, para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou da ação que visa à responsabilização civil.